

DISCURSO DO JUIZ FEDERAL

ORLANDO CAVALCANTI NEVES

**Em agradecimento pela entrega do GRANDE COLAR
DE ALTA DISTINÇÃO DA ORDEM DO MÉRITO PONTES
DE MIRANDA,
Concedido pelo TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA
5ª REGIÃO.**

Recife, 22 de outubro de 2003

Exma. Sra. Desembargadora Margarida Cantarelli, MD
Presidente deste Tribunal Regional Federal.

Exmo. Sr. Desembargador Márcio Xavier,
representando o Presidente do Tribunal de Justiça do
Estado.

Revmo. Padre Teodoro Peters, Magnífico Reitor da
Universidade Católica de Pernambuco.

Exmo. Sr. Dr. Pedro Paulo Nóbrega, representando o
Presidente do Tribunal Regional do Trabalho.

Exmos. Srs. Desembargadores Federais, que compõem o
Plenário

Senhoras e Senhores

Primeiramente quero agradecer ao Desembargador
Ubaldo Cavalcante pela proposta do meu nome para receber
a medalha e também agradecer as palavras de saudação do
meu amigo Desembargador Petrúcio e ainda aos senhores
Desembargadores pela aprovação da proposta.

A outorga desta medalha é para mim, como não poderia
deixar de ser, sumamente honrosa. Todavia me pergunto:
onde foram Vossas Excelências encontrar méritos neste
modesto juiz, que não fez na vida judicante, mais do que
cumprir o seu dever?

Sou, como todos sabem, o decano dos juízes federais, o
mais idoso entre todos os que foram nomeados em março de
1967. Graças a DEUS, cheguei à chamada idade provecta;
estou beirando os 86 anos com saúde e em plena atividade,
como recomenda o meu cardiologista.

Dizem que todos os velhos gostam de falar de si mesmos.
Não sou exceção, também gosto de contar casos, por isso,
peço a paciência dos presentes para ouvi-los.

Sou um homem feliz. Não tenho inimigos. Sempre perdôo os que me ofendem, pois se assim não fosse, não poderia rezar o Padre-Nosso.

Meu pai, o desembargador José Neves Filho, um homem justo, foi o inspirador do meu modo de viver.

Vou contar-lhes um fato da sua vida: a nossa família Neves é oriunda de Monteiro, na Paraíba. No princípio do século passado, havia um fazendeiro e advogado, a quem chamarei Dr. X, inimigo dos Neves. Inimizade tão grande, a ponto de um grupo de cangaceiros, chefiado pelo tal doutor, atacar a cidade com a intenção de matar um dos meus tios, que estava de passagem na casa do meu avô, o que o motivou a mudar-se para Pesqueira em 1903. Muitos anos depois, a inimizade continuava. Meu pai era o Presidente do Tribunal de Justiça e o Dr. X, Juiz de Direito, quando, doente, pediu uma audiência ao meu pai. Ele o recebeu cordialmente, o ouviu e atendeu ao seu pedido. Pouco tempo depois, meu pai foi visitar suas irmãs em Pesqueira e uma delas lhe disse: "Zé Neves, eu soube que Dr. X lhe pediu uma audiência, você o recebeu e ainda fez o que ele queria?" Meu pai respondeu-lhe: " Não. Zé Neves não recebeu o Dr. X, o Presidente do Tribunal recebeu o Juiz e deu-lhe o que ele tinha direito".

Pela minha formação religiosa, só tive uma mulher e um amor na vida: a minha saudosa Carmen, que, em solteira, tinha o sobrenome de Alencastro Salazar. Isso me faz lembrar o cantador Jacó do Passarinho, citado por Leonardo Mota em seu livro, Cantadores, Poesia e Linguagem do Sertão Cearense. Certa vez, Leonardo, para provocar Jacó, recitou a trova lusitana:

*"Com amores me amofino.
Tenho um amor cada mês:
É esse o triste destino
De um coração português!"*

Jacó retrucou prontamente:

*"De amor a gente não muda,
De ano em ano, mês em mês!
Amor é que nem bexiga:
Só dá na gente uma vez..."*

Tenho uma família numerosa: sete filhos, hoje, vinte netos e seis bisnetos. Ainda me restam cinco dos sete irmãos, sempre unidos, sempre amigos. Não obstante, já passei pela maior dor que um homem pode passar: a perda de um filho. Dor que não se descreve, sente-se. A minha querida Maria Carmen, Mima, como carinhosamente a chamávamos, faleceu de câncer três meses antes de completar dez anos.

Mais uma vez lendo Leonardo Mota, na obra já citada, deparei-me com uns versos do Sr. Cândido José de Araújo Viana, o Marquês de Sapucaí, que exprimia o seu sentimento pela morte prematura de uma filha que gostava de flores, versos esses que tocaram meu coração, recordando a morte da minha querida MIMA, que também gostava de flores. Ei-los:

*Da planta que mais prezavas,
Que era, filha, os teus amores,
Venho de pranto orvalhadas
Trazer-te as primeiras flores.*

*Em vez de afagar-te o seio,
De enfeitar-te as lindas tranças,
Perfumarão esta lousa
Do Jazigo em que descansas.*

*Já lhes falta aquele viço
Que o teu carinho lhes dava
Gelou-se a mão protetora
Que tão fagueira as regava.*

*Desgraçadas violetas
A fim prematuro correm...
Pobres flores! Também sentem,
Também de saudade morrem!*

Deixemos as lágrimas de lado.

Fui aluno do Seminário de Olinda, Casa de heróis, no dizer do Cônego Xavier Pedrosa, mas deixei, porque pensei que melhor serviria à IGREJA como um bom leigo católico, do que como um mau padre. Comecei a trabalhar cedo, primogênito de um desembargador que, naquele tempo, ganhava uma miséria (o Presidente do Tribunal não tinha automóvel, andava de bonde), queria ter o meu dinheirinho, sem pedir ao "velho".

Meu primeiro emprego, nos idos de 1935, com 17 anos de idade, foi de repórter do DIÁRIO DE PERNAMBUCO. Dali saindo, poucos dias depois de completar 19 anos, porque o Redator Chefe queria que eu forjasse uma entrevista e eu me recusei. Pouco tempo depois, fui admitido como fiscal do IAPC, mas o meu sonho era ser arquiteto.

Naquele tempo, eu já estava casado e precisava trabalhar, não podia estudar de dia, e não havia cursos noturnos de nível superior. Foi quando criaram o primeiro: o de D I R E I T O. Para mim, não fazia diferença. Nunca pensei em estudar Direito.

Certo dia, minha saudosa mãe, Júlia Cavalcanti Neves, me fez uma ligação telefônica: "venha aqui, quero falar com você". Fiquei intrigado com a chamada e obedeci. Chegando à sua casa, foi logo me dizendo: "vai ser aberto, no próximo ano (1957), o curso noturno de Direito, e você vai se inscrever". Estávamos no fim do mês de setembro de 1956.

Respondi-lhe: "mamãe, não quero ser bacharel, não tenho vocação para advogar". Então, ela me falou: "Não interessa! Neste País, quem não tem um anel no dedo, não vale nada."

Poderia ser juiz, mas teria que ser como papai, começando por comarcas do interior, ali morando com a família e passando de oito a dez anos para chegar à capital. Naquela época, era assim. Além do mais, no emprego que tinha, ganhava mais do que um juiz de Direito. Não havia naquele tempo Justiça Federal.

Que fazer? Obedeci. Fiz o vestibular e passei até com boa nota e... terminei juiz.

A Justiça Federal, extinta por Getúlio Vargas em 1937, foi restaurada pelo General Castelo Branco e o primeiro provimento dos cargos foi com o envio da lista de candidatos ao Senado para apreciação. Muita gente criticou não ter sido o primeiro provimento por concurso, mas o presidente queria instalar a Justiça Federal no seu governo, e assim foi feito.

Meus primeiros tempos como Juiz Federal foram muito difíceis em termos materiais. Não tínhamos sede nem funcionários.

O Conselho da Justiça Federal baixou um provimento atribuindo competência aos juízes das segundas varas, onde houvesse mais de uma, para processar e julgar habeas-corpus, mandados de segurança, processos de réus presos e medidas cautelares, o que perdurou até o fim de julho de 1967. Os outros juízes ficaram aguardando ordens.

Eu era o juiz da segunda vara. Comecei a trabalhar na sala do Procurador da República, no Palácio da Justiça, no horário da manhã, em que ele não tinha expediente. Os processos corriam nos antigos Cartórios da Fazenda Nacional. Os que eram da área penal, nos Cartórios Estaduais. Algum tempo depois, consegui, com o Diretor do Foro Estadual, uma pequena sala no porão do referido Palácio, a última à direita de quem sai para a Avenida Dantas Barreto, então chamada, naquele espaço, de Rua das Florentinas. Só tivemos sede em 1968, na Rua da Moeda.

No exercício da função, tive casos interessantes, alguns até grotescos, que passo a contar-lhes.

Inimigos políticos de um certo Prefeito do interior comunicaram à Polícia Federal que o mesmo se apropriara de verbas federais passadas ao Município. Foi aberto inquérito, que veio às minhas mãos. Examinados os autos, verifiquei que as tais verbas eram repasses que o Governo Federal fizera de tributos municipais que arrecadara (Imposto territorial rural, por exemplo).

Declinei da competência. No dia seguinte, um sábado, um dos jornais desta cidade publicou em manchete: "Juiz Orlando Neves se declara incompetente".

Vou andando pela manhã, na rua Nova, quando um economista de um dos então numerosos institutos de previdência, avistando-me de longe, foi, espalhafatosamente, abrindo os braços e dizendo: "meus parabéns". Estranhei e ele completou: "não seja tão modesto, não saber fazer as coisas e ter a coragem de dizer, é o cúmulo da honestidade".

Agradei. Não adiantava dar-lhe explicações.

Outro caso.

Um jovem advogado, de um grande escritório de São Paulo, trouxe, daquela cidade, uma petição de mandado de segurança com várias folhas datilografadas em papel timbrado e colorido, chegando à secretaria, pediu uma folha branca na qual datilografou um texto, em substituição a uma folha da petição. Chamei a secretária e pedi-lhe para acompanhar o advogado ao meu gabinete, então, solicitei que ele rubricasse as páginas da petição. Olhou-me com desprezo e perguntou: qual é a lei que me obriga a rubricar essas páginas?

Respondi-lhe com calma: "uma que criei agora. Se o senhor não as rubricar, eu não despacho a petição. O senhor trocou uma das páginas. Se os seus superiores não concordarem com o que o senhor fez, vai dizer que foram os nossos funcionários que o fizeram". Aborrecido, rubricou.

A secretária a que me referi chama-se Nilva da Fonseca Cavalcanti, em cuja pessoa saúdo os demais funcionários da segunda vara federal e agradeço a valiosa colaboração durante o tempo em que exerci a judicatura.

Certa vez, substituindo um colega de férias, ouvi os depoimentos de testemunhas num processo de apropriação indébita de contribuições de previdência. O acusado era um deputado cassado.

Se o processo fosse meu, eu não teria recebido a denúncia, pois, recordo bem de parte de seus termos: "indivíduo tão afeito a desrespeitar as leis do país, que não descontava as contribuições de previdência dos seus empregados, cometendo, assim, crime de apropriação indébita".

O colega voltou das férias e, julgando o processo, condenou o réu.

Muitos outros casos teria para contar, mas a paciência dos senhores tem limites.

Hoje em dia, os idosos são, com exceções, pouco respeitados e, agradecendo mais uma vez a honraria que me concederam e a presença de todos, termino com uns versos de Odilon Nunes de Sá, um cantador sertanejo:

*Acho graça a mocidade
Não querer envelhecer.
Velho ninguém quer ficar,
Moço ninguém quer morrer.
Ser moço e morrer não presta.
Bom é ser velho e viver.*

Tenho dito.